



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## **Movimentos urbanos recentes: repertório de ação e desafios à reconstrução do futuro.**

**Paolo Colosso**

Universidade Federal de Santa Catarina

**Nathália Sander**

Universidade Federal de Santa Catarina

### **Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo**

---

*Resumo. O artigo reconstitui marcos de movimentos sociais urbanos recentes com um duplo objetivo. O primeiro é evidenciar que, para compreendermos o direito à cidade na atualidade, é preciso visualizar em que medida o espaço urbano é não apenas pauta, mas também parte de um repertório de ação de movimentos sociais. Dito de outro modo, há uma geração de outros personagens em cena, que lêem conflitos sociais através do espaço e se valem das condições urbanas no cotidiano de suas lutas. O segundo objetivo é argumentar que, embora não haja uma força que canalize o caldo de mobilização, formulações avançadas foram pactuadas no que ficou conhecida como Conferência Popular pelo Direito à Cidade. Nesse sentido, o desafio central do momento presente é como pensar estratégias de capilarização e fortalecimento de tais formulações desde a sociedade, com capacidade de incidência sobre os centros de decisão. Para tanto, a apresentação é dividida em três momentos: 1) repassamos marcos culturais de junho de 2013 a 2022, no intuito de mapear atores sociais e práticas que ganharam protagonismo num ciclo de mobilizações recentes; 2) analisamos mais detidamente o que consideramos como o repertório urbano de ação; 3) realizamos um balanço sobre os desafios para o contexto Brasil 2023.*

*Palavras-chave: movimentos sociais contemporâneos; repertório de ação; direito à cidade; redes societárias.*

### **Recent urban movements: repertoire of action and challenges to the reconstruction of the future.**

---

**Abstract.** *The article reconstitutes landmarks of recent urban social movements with two objectives. The first is to show that, in order to understand the right to the city today, it is necessary to visualize the extent to which urban space is not only an agenda, but also part of a repertoire of action by social movements. In other words, there is a generation of other characters on the scene, who read social conflicts through space and use urban conditions in their daily struggles. The second is to argue that although there is no force that channels the mobilization strength, there were advanced formulations agreed upon in what became known as the Popular Conference for the Right to the City. In this sense, the central challenge of the present is how to think about strategies to disseminate and strengthen such formulations, but with the capacity to influence decision-making centers. The presentation is divided into three steps: 1) reviewing cultural landmarks from June 2013 to 2022, in order to map social actors and practices that are in the center of the mobilizations; 2) analyzing the urban repertoire of action; 3) we took stock of the challenges for the Brazil 2023 context.*

*Keywords: contemporary social movements; repertoire of action; right to the city; societal networks*

## **Movimientos urbanos recientes: repertorio de acción y desafíos para la reconstrucción del futuro.**

**Resumen.** *El artículo reseña movimientos sociales urbanos recientes con un doble objetivo. El primero es mostrar que, para entender el derecho a la ciudad hoy, es necesario visualizar en qué medida el espacio urbano no es solo una agenda, sino parte de un repertorio de acción de los movimientos sociales. Es decir, hay una generación de otros personajes en escena, que leen los conflictos sociales a través del espacio y utilizan las condiciones urbanas en sus luchas cotidianas. El segundo es argumentar que, aunque no existe una sola fuerza política que canalice las propuestas de avanzada formuladas en lo que se conoció como la Conferencia Popular por el Derecho a la Ciudad, los movimientos sociales urbanos han acumulado fuerza. En ese sentido, el desafío central del momento actual es cómo pensar estrategias de fortalecimiento de tales formulaciones desde la sociedad, pero con capacidad de incidir en los centros de decisión. Para ello, la presentación se divide en tres momentos: 1) revisión de hitos culturales desde junio de 2013 hasta 2022, para mapear actores y prácticas sociales que ganaron protagonismo; 2) análisis del repertorio urbano de acción; 3) balance de los desafíos en Brasil para 2023.*

*Palabras clave: movimientos sociales contemporáneos; repertorio de acción; derecho a la ciudad; redes.*

### **Introdução**

O artigo reconstitui marcos históricos de movimentos sociais urbanos recentes no Brasil dos anos 2010 até o momento presente, com um duplo objetivo: o primeiro é evidenciar que, para compreendermos o direito à cidade na atualidade, é preciso visualizar em que medida o espaço urbano é não apenas pauta, mas também parte de um repertório de ação de movimentos sociais. Dito de outro modo, há uma geração de outros personagens em cena, que lêem conflitos sociais através do espaço e se valem das condições urbanas no cotidiano de suas lutas. Nesse quadro, a ideia de direito à cidade ganhou atualidade e novos contornos.

O segundo objetivo é argumentar que, embora movimentos sociais urbanos tenham acumulado forças mesmo na conjuntura regressiva de 2016 a 2022, não há uma força política única que canalize as energias coletivas depositadas, mas redes societárias diversas confluíram, em 2022, para o que ficou conhecida como Conferência Popular pelo Direito à Cidade. Nesse sentido, o desafio central do momento presente é como pensar estratégias de capilarização e fortalecimento de tais formulações desde a sociedade, mas com capacidade de incidência sobre os centros de decisão. As forças envolvidas na Conferência formularam uma ampla agenda, cujas sínteses foram levadas à então equipe de transição do recém eleito presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, entretanto estão cientes de que o governo federal articula e concilia forças bastante heterogêneas, donde a necessidade de criar na sociedade as condições de dar efetividade à agenda.

A apresentação é dividida em três momentos. No primeiro, repassamos marcos culturais de 2011 a 2022, no intuito de mapear atores sociais e práticas que ganharam protagonismo num ciclo de mobilizações recentes. No segundo, analisamos mais detidamente o que consideramos como o repertório urbano de ação. Isto exige, vale ressaltar, reenquadramentos teóricos da parte dos estudos urbanos. No terceiro, realizamos um balanço sobre os desafios para o contexto brasileiro em 2023 e, ainda, as hipóteses levantadas.

## 1. Tempos turbulentos: outros personagens e entram em cena

No Brasil, os anos 2010 foram marcados por ânimos aquecidos e uma forte presença de manifestações de rua; assistimos a uma plêiade de inquietações sociais com sentidos diversos e horizontes de sociedade muito distintos. Tivemos lutas contra a política econômica de austeridade fiscal, em nome da ampliação do direito à cidade, contra o racismo e em defesa da educação pública. Mas tivemos mobilizações também por ruptura democrática, por intervenção militar, por retorno à monarquia e outras excentricidades até pouco tempo inimagináveis. Isto significou um aumento expressivo das mobilizações à direita e à esquerda. No final da década há uma arena ainda mais conflitiva e a ascensão do que podemos considerar uma “nova direita” (SOLANO, 2019).

Por ora, nosso objetivo não é dar conta desse quadro complexo, mas sim nos centrarmos em mobilizações de horizonte democrático, que já em si foram heterogêneas, partindo de forças sociais diversas, mas apresentam nexos comuns do ponto de vista da leitura da realidade – seu enquadramento simbólico --, do perfil socioeconômico e, ainda, contêm “conexões geracionais”.

No país, o cenário atribulado dos anos 2010 se alimentou da onda global que Harvey (2014) denominou de “cidades rebeldes” e Paolo Gerbaudo (2017) de “movimento das praças”, que movimentou a Praça Taksim na Turquia ao 15M espanhol, do Occupy Wall Street aos coletes amarelos e estudantes chilenos. Internacionalmente a onda de mobilizações eclodiu em 2011, mas o marco de virada no Brasil foram, de fato, os levantes de Junho de 2013.

Não vamos aqui nos alongar nos sentidos do fenômeno junho, mas tão somente destacar que nossa chave de leitura se alinha às perspectivas de Andre Singer (2013), para quem se tratou de um fenômeno com “ideologias cruzadas” e, ainda, com Bringel (2015), que o compreende como uma “abertura societária”. Ambos dão conta de destacar o caráter ambivalente daqueles dias convulsivos, reconhecendo que este evento seria apropriado com sentidos diversos, por forças antagônicas. O fenômeno contraditório por excelência, que encorajou uma onda de reivindicações, ativismo e organização à direita e à esquerda.

No campo progressista, não houve uma linha política nem uma força hegemônica que orientou as mobilizações depois de junho, mas houve um contágio nítido deste marco em forças que despontaram nos anos seguintes. Entre os movimentos de sem-teto, certamente o MTST foi o que passou por maior virada. Um sinal disso foi sua ampliação para estados do Nordeste, de Minas Gerais, Goiás e Rio Grande do Sul (SIMÕES et al, 2017).

Em 2014, foi a principal força a sintetizar as críticas ao megaevento da Copa do Mundo, “Copa sem povo, tô na rua de novo” e, não por acaso, as ocupações feitas nesse período - nos entornos de estádios - foram bem-sucedidas. Após o impeachment de Dilma Rousseff, o MTST deixa o status de movimento setorial urbano, passando a ser uma referência política no campo transformador, o que explica uma de suas lideranças ter sido alçada a candidato a presidente da República em 2018 e, em 2022, o candidato mais bem votado para a Câmara Federal de Deputados – superando 1 milhão de votos.

Outros circuitos se fortaleceram no período, embora com poucas vitórias legais e pouca visibilidade na imprensa centrada nas dinâmicas da “grande política”

institucional. Vale lembrar de como o movimento feminista se alimenta do caldo internacional (PINHEIRO-MACHADO, 2017). Não menos importante fora o movimento negro. De tempos em tempos, a justa indignação torna o naturalizado inaceitável e estopins imprevisíveis ocorrem: foi o caso da onda do Black Lives Matter, que conectou os EUA ao Brasil em plena pandemia – voltaremos a esta adiante.

Para nós, merece destaque outro circuito fortalecido nesse período, o de organizações da juventude e estudantis. Na primeira década dos anos 2000, uma série de novas forças se formaram nas universidades – agora mais populares e mais precarizadas -- e nos territórios (COLOSSO, 2019). Essas forças já vinham em ascensão quando se alimentaram dos ânimos de junho de 2013 e se depararam com a explosão de outro fenômeno espontâneo e ainda mais jovem, qual seja, as ocupações secundaristas contra a precarização na educação, em 2015 em São Paulo e em 2016 por todo o Brasil, em mais de mil escolas (CAMPOS, Antonia et al, 2016). Entre esses jovens urbanos se fortaleceu outra metodologia organizativa, a saber, os cursinhos populares. Merecem destaque os cursinhos da UNEAFRO, o Podemos+ e, ainda, o que mais cresceu no período, a Rede Emancipa.

A partir de 2016, a conjuntura brasileira se torna mais regressiva e, por pelo menos três fatores, há um recuo expressivo das manifestações de rua e uma direção defensiva para as organizações populares. O primeiro foi o clima de instabilidade gerado no legislativo federal e avalizado pela grande imprensa, que culminou na ruptura institucional e destituiu a presidente eleita. O segundo fator foi a ascensão de um líder da chamada nova direita, com feições autoritárias e violentas. Este último desestruturou espaços participativos, trabalhou para o desmanche de instituições de ensino e cotidianamente mobilizava suas bases na estigmatização de organizações populares (COLOSSO 2022).

Entre 2020 e 2022 passamos pela pandemia de COVID-19, a maior do século, que como medida sanitária prioritária exigia o isolamento social e reclusão. A autoridade aparentemente forte do grande líder se apequenou rapidamente. Furtou-se de assumir a liderança que lhe cabia, recusava recomendações científicas internacionais, ampliou o clima de instabilidade e desorganização entre os estados da federação. Não por acaso o Brasil assistiu a mais de 700 mil mortes e esteve também entre os países com maior número de mortes por habitante. Na política de vacinação, oscilou entre omissão e negligência deliberada, o que gerou atrasos e conseqüente demora na reabertura do comércio, indústria e serviços. Assistimos à volta do Brasil ao mapa da fome, destruição de patrimônio ambiental batem recordes consecutivos. A hegemonia neoconservadora significou também um rebaixamento e mesmo destruição de horizontes.

Cada um desses temas merece estudos específicos bastante mais aprofundados do que podemos oferecer aqui. A nós, é importante lembrar que de fato houve um recuo das forças que vinham mobilizadas, mas não uma dissolução dessas. Muitas souberam se adaptar à nova conjuntura. A alternativa, passado o momento mais crítico da pandemia, foi construir métodos menos conflituos de organização, mas mais ligados com o cuidado da população pauperizada e em risco. Distribuição de equipamentos para prevenção da COVID, como álcool gel e máscaras, mas sobretudo a construção de cozinhas solidárias, com objetivo de distribuição de alimentos e de fornecer um momento

de encontro no “comer juntos”. Não raro, figuras conhecidas da gastronomia são chamadas e entendem a importância da causa. Novamente Carmen Silva produz uma boa síntese: “lute como quem cuida”, ou então, “ocupar é cuidar” . Vale lembrar, a prática do “comer juntos” não é nova no MTST, já foi bem analisada anteriormente (COLOSSO, 2019; MORAES, 2020).

## **2) O repertório urbano das lutas e os desafios atuais**

Como dissemos, mesmo no interior do campo progressista não houve uma linha política clara, embora possamos identificar elementos em comum. Um primeiro e mais óbvio é o de que para esses sujeitos, que nasceram e cresceram nas cidades, o conflito de classes – que tem dimensões de gênero e étnico-raciais – é lido através do espaço urbano. Como já destacou o sociólogo Ruy Braga sobre 2013, foi no cotidiano que as desigualdades foram percebidas

Nesse sentido, as formas de organização também se dão por identificações mediadas por essas experiências do cotidiano urbano, que pode passar pela associação no trabalho mas vai além deste. Isso se traduz num repertório de protesto que tem a cidade como objeto. Não se trata mais de parar a fábrica e a produção, mas a circulação de capitais, serviços e pessoas que está concentrada nos grandes centros urbanos.

Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos[...]. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano (MPL, 2013, p.16)

A passagem vem do Movimento Passe Livre, mas poderia perfeitamente estar em uma Cartilha do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto ( MTST) ou ainda no “Manual” produzido pelos estudantes secundaristas paulistas em 2015. Quando estes últimos ocuparam as ruas com suas carteiras de escola, anunciaram: “hoje a aula é na rua: e o primeiro ensinamento é como travar uma avenida” . Em todos esses movimentos há a compreensão de que as cidades são entroncamentos de redes, infraestruturas, físicas e comunicacionais; aproxima e combina circuitos antes distantes.

Um segundo ponto. As lutas com caráter urbano estão ligadas à reprodução da vida, ou dito mais propriamente, visam romper a reprodução das relações sociais marcadas pela precariedade da vida (COLOSSO, 2019). Isso as torna mais transversais e interseccionais: a moradia garante trabalho, a mobilidade garante educação e acesso à cultura. As lutas são, para usarmos termos de lideranças do MSTC, “portas de entrada” para o direito à cidade . Essas mesmas mulheres, que passam por violência doméstica ,encontram nos movimentos de moradia um lugar de acolhimento e de fortalecimento para sua relação também nessa esfera. Nesse sentido, nem sempre a cidade é objeto de pauta, por vezes é elemento mediador. As ruas são o espaço por excelência do transbordamento de afetos expansivos, isto é, de festa e luta. Manifestações públicas se tornam lugar para reforçar os vínculos internos das organizações, mas também para potencializar a polinização de suas ideias.



Figura 1. MTST na Bolsa de Valores de SP em 22 de setembro de 2021 (fonte: Reuters).

Terceiro ponto. Nas grandes capitais e metrópoles estão sediadas os centros de decisão e poder. As manifestações nem sempre precisam ser massivas, mas com inteligência de enxame podem engendrar uma pressão precisa sob tais poderes. Não por acaso “ocupação” se tornou um vocabulário comum e partilhado. Um método já conhecido dos movimentos de moradia, mas também utilizado por estudantes – quando secundaristas ocuparam a câmara dos vereadores em 2017 por passe livre. Uma ação ao mesmo tempo bloqueia o funcionamento cotidiano da instituição e dá visibilidade pública nacional à pauta.

O caldo de mobilização engrossava desde a sociedade, novas lideranças despontavam. Mas os ventos da política institucional viraram. Tendo em vista a conjuntura mais regressiva desde 2016 e a dificuldade de unificação das lutas num único espaço ou instrumento político, tornou-se necessário pensar em construções mais amplas e plurais, contando com outras forças sociais compromissadas com o direito à cidade. Tendo em vista que nesses momentos o poder fica mais restrito às elites políticas fisiológicas, é importante que as forças progressistas contem com circuitos diversificados, incluam segmentos técnicos e profissionais, estudantis e universitários, figuras que tenham entradas diversas e gozem de legitimação social.

Cientes desse quadro, em 2022, organizações populares, entidades, laboratórios e pesquisadores(as) de 20 universidades, nas áreas da arquitetura e urbanismo, do planejamento urbano, do direito, da assistência social, das ciências da saúde, das artes e da ciência política confluíram para o que ficou conhecida como Conferência Popular pelo Direito à Cidade

Foram mais de 10 meses de debates, rodas de conversa, relatos de experiências e outros eventos preparatórios, que se traduziram em acúmulos em todo o Brasil. Mais de 600 entidades aderiram à carta, foram realizados 232 eventos preparatórios, que resultaram em centenas de propostas distribuídas em 16 eixos temáticos. Reunimos aqui mais de 600 representantes dessa construção, que vieram de diversas partes do país e tiveram o papel de consolidar essas contribuições em uma plataforma de luta pelo direito à cidade.

Na coordenação executiva da conferência estiveram a rede BrCidades, o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNUR), o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU), o Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), o Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD), a Central de Movimentos Populares (CMP), a Coalizão Negra por Direitos, a ONG Habitat para Humanidade, a Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM), o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN). Entre entidades parceiras e apoiadoras estiveram: Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA), a Fundação Rosa Luxemburgo, Fundo Casa Socioambiental, Aliança CESE.

Foram 16 eixos de uma plataforma de lutas. Para além dos tradicionais Habitação, Mobilidade e Saneamento, saíram propostas para uma cidade antirracista, ligadas à perspectiva de gênero, atentas à pauta ecossocial, às populações indígenas, população em situação de rua, segurança cidadã. O Direito à cidade ganhou assim uma nova e mais completa síntese.

Ao fim de 2022, a conjuntura da política institucional muda novamente de ventos e, felizmente, os acúmulos da Conferência ganharam ressonância. Foram levados à equipe de transição do então eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e incorporados no projeto de recriação do Ministério das Cidades. Mas cientes de que o governo federal articula e concilia forças heterogêneas, o desafio presente é dar efetividade à agenda transformadora construída socialmente. Será necessário dar capilaridade e força à agenda proposta, às redes que a formularam, no intuito de buscar incidência nos centros de decisão. Em termos concretos, será necessário pensarmos instrumentos e metodologias à altura desse desafio, que é manter em órbita a rede de lideranças populares, entidades técnicas e profissionais, pesquisadores(as) e laboratórios universitários implicados no avanço do direito à cidade. A rede BrCidades, que compõem a rede societária da Conferência, vem apostando em alguns eixos estratégicos, sobre os quais discorreremos abaixo, em tom de considerações finais e de abertura ao debate.

### **3. Considerações finais**

Este artigo reconstitui movimentos sociais urbanos dos anos 2010 e 2020, no intuito de evidenciar o repertório de ação destes, bem como o fato de que conseguiram avançar mesmo em conjunturas adversas, no entanto não encontraram uma força institucional que as unificasse. O artigo é escrito num momento de mudanças de ventos, nos quais o governo federal promete caminhar em sentido progressista, mas também opera em conciliações diversas sob necessidade de governabilidade.

Nesse sentido, para a rede societária formada neste período de contradições acirradas, a linha mais acertada e coerente é se manter na sociedade – isto é, sem postos no governo federal --, e buscar o fortalecimento de espaços considerados estratégicos.

O projeto BrCidades, cujas forças estão sediadas na Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo, tem debatido os seguintes eixos estratégicos. Primeiro, partindo da mudança no perfil socioeconômico e racial das universidades, a rede busca fortalecer nacionalmente a formação de arquitetos e urbanistas voltada às

necessidades reais e, em especial, a consolidação da Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social, por meio de programas de extensão, projetos de pesquisa, além de Residências multiprofissionais. Não será um impacto pequeno, se lembrarmos que se formam cerca de 15 mil arquitetos por ano e a Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura já conta com 80 mil inscritos atualmente. O eixo é coerente com a proposta de política habitacional mais diversificada do que o antigo MCMV, isto é, arquitetas e arquitetos terão papel fundamental para o um programa que se centre menos na produção via empreiteiras ( cuja tipologia e localização sejam decididos por estas), mas voltado também às Entidades, às melhorias habitacionais do estoque existente, à locação social e à regularização fundiária plena. Esses mesmos arquitetos devem ser os sujeitos responsáveis por pressionar a efetivação da lei 10.888 de 2008, que formaliza a ATHIS. A pauta já conta com grande apoio de entidades e do Conselho profissional, o CAU.

A segunda linha de ação do BrCidades é realizar cursos, em nível de pós-graduação e em rede nacional, voltados a tratar da agenda urbana construída em 2022 na Conferência Popular pelo Direito à Cidade e entregue à equipe de transição do Governo Lula. Entende-se que é fundamental formar pesquisadores(as), docentes e quadros técnicos com visão crítica e propositiva, capacidade dialógica de resolução de conflitos e formulação de políticas públicas. O impacto não será pequeno, levando em conta que o BrCidades já conta com colaboradores em cerca de 20 universidades pelo país.

A terceira linha de ação do BrCidades é uma resposta ao diagnóstico de que uma agenda urbana transformadora precisa de uma densa cultura participativa desde os territórios e no poder local. Nesse sentido, o BrCidades pretende realizar, em parceria com movimentos populares e entidades, formação de lideranças comunitárias e quadros políticos voltados à participação social e institucional na política municipal.

A quarta e última linha, que fortalece as anteriores, é a consolidação de uma comunicação social atualizada, voltada à divulgação científica e circulação das propostas, que se valha de tecnologias audiovisuais e tenha capacidade de sensibilização de jovens.

Tais eixos ainda se encontram em debate, precisarão ganhar força nacional. Seus desenvolvimentos são incertos, tendo em vista as dificuldades de organização das redes societárias amplas.

## Referências

CALDAS, Andrea e ARAÚJO, Luiz. “Na educação, avanços e limites”. In: Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo. Org. de Gilberto Maringoni e Juliano Medeiros. São Paulo: ed. Boitempo, 2017.

CAMPOS, Antonia J. M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. Escolas de Luta. São Paulo: Veneta, 2016

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança – movimentos sociais na era da internet. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

COLETIVO INTERVOZES. *Vozes Silenciadas – mídia e protestos*. São Paulo: Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2014

COLOSSO, Paolo. *Disputas pelo direito à cidade: outros personagens em cena*. Tese de doutorado – Departamento de Filosofia Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

\_\_\_\_\_. “Coronavírus: o escancaramento da realidade urbana e saídas possíveis” *Carta Capital*, 04 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/coronavirus-escancaramento-da-realidade-urbana-e-saidas-possiveis/> . Acesso em 29 de julho de 2020.

COLOSSO, Paolo. “Direito à cidade em tempos de barbárie: pensar entre escalas e reconquistar o futuro”. In: *Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade*. Org. Ana Fani Alessandri Carlos e Cibele Rizek. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2022, p.203 a 230.

CONFERÊNCIA POPULAR PELO DIREITO À CIDADE. “Plataforma de lutas pelo direito à cidade”. Disponível em: <[https://www.confpopdireitoacidade.com.br/\\_files/ugd/b74794\\_24ba12950ce34\\_cfb990057fb95006016.pdf](https://www.confpopdireitoacidade.com.br/_files/ugd/b74794_24ba12950ce34_cfb990057fb95006016.pdf) >. Acessado em 15 de dezembro de 2022.

GERBAUDO, Paolo. *The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest*. Oxford University Press, 2017

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: ed. Martins Fontes, 2014

MARICATO, Ermínia; COLOSSO, Paolo. “O duplo desafio contra as regressões do direito à cidade”. In: *Direitos Humanos no Brasil de 2019*. São Paulo. Outras expressões: 2019

MORAES, Alana. *Experimentações baldias e paixões de retomada: vida e luta na cidade-acampamento*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

Movimento Passe Livre. “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”. In: *Cidades Rebeldes*. MARICATO, E. et al.(org). São Paulo: ed. Boitempo, 2013.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Amanhã vai ser maior – o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise*. São Paulo: ed. Planeta, 2019.

SIMÕES, Guilherme. et al. *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo: ed. Autonomia Literária, 2017

SINGER, A. “Classes e ideologias cruzadas”. In: *Novos Estudos*, n.97, novembro de 2013.

SOLANO, Esther et. al. (org). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: ed. Boitempo, 2019

TATAGIBA, L; GALVÃO, A. “Os protestos no Brasil em tempos de crise( 2011-2016)”. *Opinião Pública*, Campinas, vol.25, n.1 jan-abr 2019, p 63-96.

TARROW, Sydney G. Poder em movimento. Petrópolis: ed. Vozes, 2009

TILLY, C. “Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834”. In: TRAUGOTT, M. (org.) Repertoires and cycles of collective action. Durham, NC: Duke University Press, 1995

VENTURI, G.; RISCAL, J.R.; BOKANY, V. “Mobilidade econômica e classes sociais: transformações da classe trabalhadora”. In: Classes? Que classes?. Org.: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo, 2013